



Número 116
Outubro de 2012

O mercado de trabalho formal brasileiro
Resultados da Rais 2011

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

O mercado de trabalho formal brasileiro

Resultados da Rais 2011

Esta Nota Técnica tem como objetivo apresentar os resultados de 2011 da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais-MTE), recentemente divulgados. Para isso, toma como base os indicadores de mercado de trabalho formal utilizados no capítulo 4 do livro *A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000*, produzido pelo DIEESE¹. A Nota considera as tendências e trajetórias evidenciadas na publicação, para 2000 a 2009, atualizando os indicadores e, em alguns casos, oferece novas leituras para o mesmo indicador, para os anos de 2010 e 2011, com o objetivo de caracterizar tendências nesse período.

Como a Nota visa dar continuidade às discussões presentes neste capítulo do livro, ela mantém a mesma divisão analítica adotada para ele, estruturada em duas partes. Na primeira, o estoque dos empregos é analisado com foco na composição geográfica para Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. A segunda parte discute a qualidade dos postos gerados.

A evolução do estoque de empregos

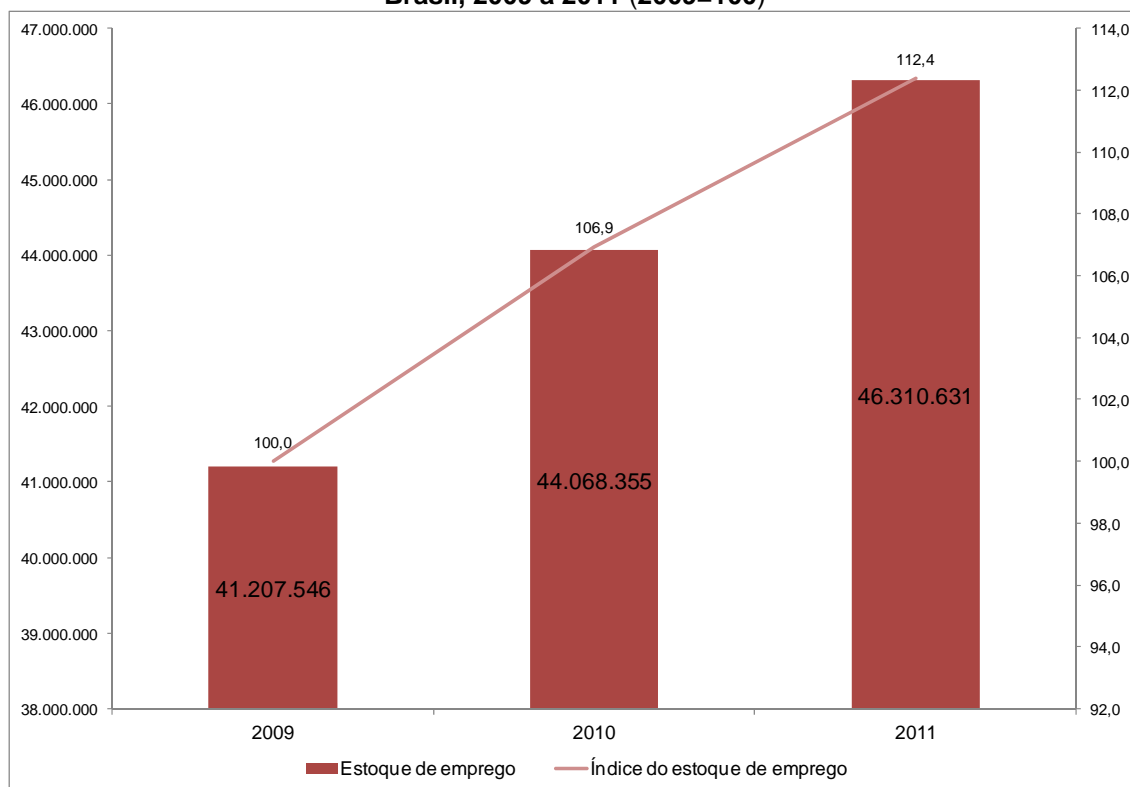
O estoque de empregos formais computados na Rais² continua o movimento de crescimento, já verificado na década anterior. Em relação a 2009, em 2011, era 12,4% maior. O crescimento verificado entre 2009 e 2010 (6,9%) ficou acima do registrado em 2010-2011 (5,1%)³. A variação do estoque nos últimos dois anos significou incremento de 5,1 milhões de vínculos empregatícios no mercado de trabalho formal brasileiro, 2,9 milhões, em 2010, e 2,2 milhões, em 2011 (Gráfico 1).

¹ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *A Situação do Trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf> >

² O estoque de empregos formais na Rais se refere ao total de contratos de trabalho que estavam vigentes em 31 de dezembro de cada ano.

³ Apesar de a nota se referir aos anos de 2010 e 2011, todos os argumentos referentes a trajetórias serão comparados também com 2009, último ano analisado no texto de referência, com vistas a caracterizar a evolução destes indicadores a partir de então.

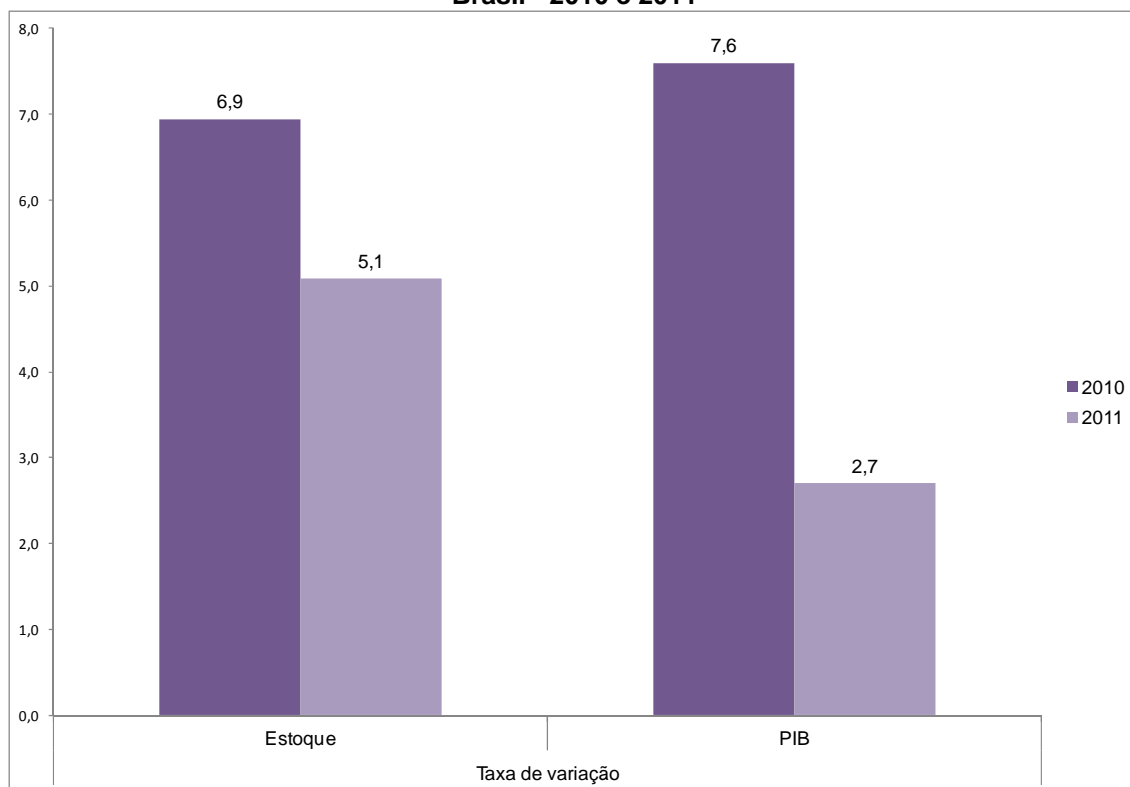
GRÁFICO 1
Estoque de empregos formais e evolução do índice do estoque de emprego
Brasil, 2009 a 2011 (2009=100)



Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

O desempenho da economia continua relevante para o comportamento do mercado de trabalho formal em termos de geração de postos. Em 2010, quando o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma taxa de 7,6%, a variação do número de vínculos de empregos respondeu com o crescimento relativo já indicado, de 6,9%. A variação menor dos empregos formais entre 2011 e 2010, de 5,1%, ocorreu ao mesmo tempo em que a economia brasileira diminuía o ritmo de expansão, apresentando uma taxa de variação do PIB anual de 2,7%, claramente mais modesta do que aquela verificada para 2010 (Gráfico 2). Na comparação com os anos anteriores, percebe-se que o movimento ocorrido em 2010, ou seja, crescimento do emprego abaixo do crescimento do produto, só havia sido verificado em 2008. Já o comportamento de 2011, período em que o estoque de empregos cresceu quase o dobro do produto, reflete a possível existência de um retardo nos efeitos do crescimento do PIB sobre o mercado de trabalho formal.

GRÁFICO 2
Variação percentual do estoque de emprego formal e do PIB
Brasil - 2010 e 2011



Fonte: MTE. Rais. IBGE. Contas Nacionais Trimestrais
 Elaboração: DIEESE

A distribuição do emprego formal entre estados e grandes regiões, verificada em 2011, não sofreu alterações em relação à composição do estoque já verificado em 2009. O que se observa é uma relativa estabilidade da participação das grandes regiões no total de vínculos do país. A região Sudeste continua a concentrar pouco mais da metade do estoque de vínculos formais (50,8%), com leve redução de 0,2 ponto percentual em relação a 2010 (51,0%). Dentro da região, o estado de São Paulo também permanece como o espaço geográfico com maior número de vínculos, respondendo por 57,0% do Sudeste. O Nordeste mantém a segunda posição no estoque de empregos formais, posto conquistado em 2007, quando ultrapassou o Sul. Em 2011, chegou a 18,3% de participação, contra 17,1% do Sul.

Na região Norte, os empregos também seguem concentrados no Pará, cuja participação cresceu 1 p.p. (ponto percentual): passou de 39,5%, em 2010, para 40,5%, em 2011. No Nordeste, não houve alterações na composição do estoque por estados, em 2011. A Bahia manteve a maior participação (26,7%), seguida de Pernambuco (19,4%) e Ceará (16,6%). Juntos, esses três estados representavam 62,7% do estoque de empregos nordestinos, o que mostrava relativa estabilidade, quando comparado com 2010 (62,4%). Nas demais

regiões, a estabilidade da distribuição dos empregos entre os estados também foi recorrente (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição absoluta e percentual do estoque de emprego formal
Grandes Regiões e UFs - 2010 e 2011

Grandes Regiões e UFs	2010		2011	
	Abs.	%	Abs.	%
Norte	2.408.182	5,5	2.562.748	5,5
Rondônia	334.290	13,9	352.460	13,8
Acre	121.187	5,0	121.321	4,7
Amazonas	575.739	23,9	597.910	23,3
Roraima	78.585	3,3	91.988	3,6
Pará	951.235	39,5	1.037.089	40,5
Amapá	108.191	4,5	119.211	4,7
Tocantins	238.955	9,9	242.769	9,5
Nordeste	8.010.839	18,2	8.481.080	18,3
Maranhão	636.625	7,9	675.274	8,0
Piauí	377.463	4,7	393.363	4,6
Ceará	1.325.792	16,5	1.406.906	16,6
Rio Grande do Norte	575.026	7,2	592.444	7,0
Paraíba	579.504	7,2	614.813	7,2
Pernambuco	1.536.626	19,2	1.648.927	19,4
Alagoas	470.992	5,9	497.898	5,9
Sergipe	369.579	4,6	385.837	4,5
Bahia	2.139.232	26,7	2.265.618	26,7
Sudeste	22.460.999	51,0	23.514.877	50,8
Minas Gerais	4.646.891	20,7	4.850.976	20,6
Espírito Santo	860.421	3,8	902.070	3,8
Rio de Janeiro	4.080.082	18,2	4.349.052	18,5
São Paulo	12.873.605	57,3	13.412.779	57,0
Sul	7.557.531	17,1	7.902.443	17,1
Paraná	2.783.715	36,8	2.920.277	37,0
Santa Catarina	1.969.654	26,1	2.061.577	26,1
Rio Grande do Sul	2.804.162	37,1	2.920.589	37,0
Centro-Oeste	3.630.804	8,2	3.849.483	8,3
Mato Grosso do Sul	560.789	15,4	597.968	15,5
Mato Grosso	656.542	18,1	709.377	18,4
Goiás	1.313.641	36,2	1.385.230	36,0
Distrito Federal	1.099.832	30,3	1.156.908	30,1
Brasil	44.068.355	100,0	46.310.631	100,0

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Entre 2010 e 2011, apenas o Centro-Oeste registrou taxa de crescimento similar à verificada entre 2010 e 2009 (6,0% e 6,2%, respectivamente). Nas demais regiões, o crescimento do emprego formal, em 2011, foi inferior ao observado em 2010.

Contudo, no Norte e no Nordeste, a taxa de crescimento do estoque de empregos formais ficou acima da média brasileira, em 6,4% e 5,9%, respectivamente. O Sudeste, com incremento do estoque de 4,7%, e o Sul, com elevação de 4,6%, tiveram crescimento menor que o apresentado pelo Brasil em 2011 (Tabela 2). Estes últimos movimentos descritos são consistentes com a trajetória verificada em grande parte do período estudado pelo DIEESE (2012), ou seja, desde o ano 2000.

TABELA 2
Evolução do Índice e variação percentual do estoque de emprego formal
Brasil e Grandes Regiões - 2010 e 2011 (2009=100)

Grandes regiões	2010	2011
Norte	109,9	117,0
Taxa de variação	9,9	6,4
Nordeste	107,9	114,3
Taxa de variação	7,9	5,9
Sudeste	106,5	111,5
Taxa de variação	6,5	4,7
Sul	106,8	111,6
Taxa de variação	6,8	4,6
Centro-Oeste	106,2	112,6
Taxa de variação	6,2	6,0
Brasil	106,9	112,4
Taxa de variação	6,9	5,1

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

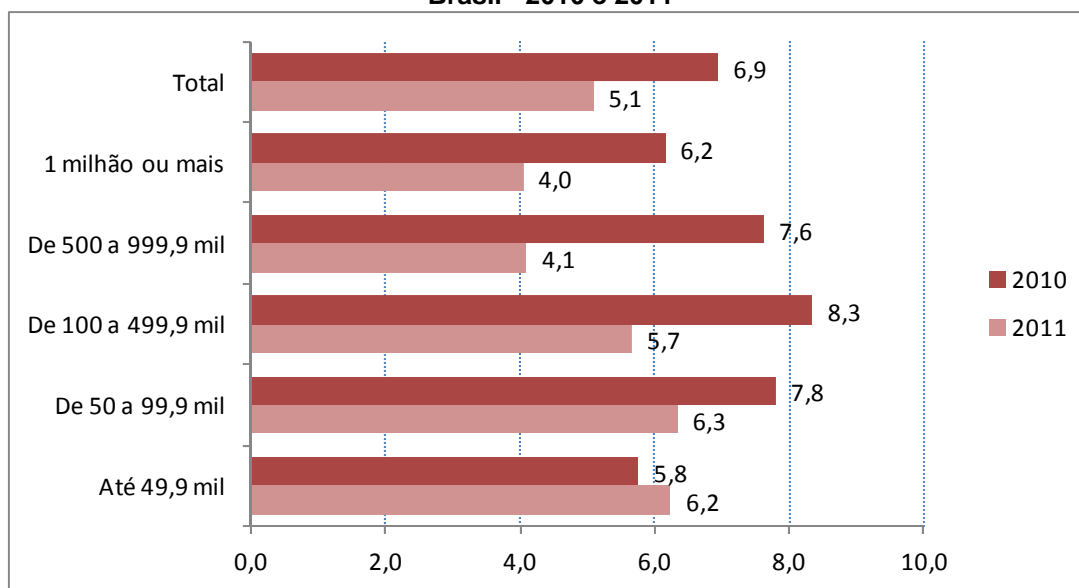
Como mostrado no capítulo 4 do livro *A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000*, o emprego formal tem crescido mais nos municípios de menor porte em termos populacionais. Em 2011, a taxa de crescimento do estoque de empregos foi maior que a apresentada em 2010 apenas nos municípios com menos de 50 mil habitantes, 6,2% contra 5,8%. Em todas as demais cidades, a taxa de 2011 foi inferior à de 2010⁴.

A maior diferença de variação entre 2011 e 2010 foi registrada nos municípios que têm entre 500 mil e menos de um milhão de habitantes, nos quais houve queda de 3,5 p.p. entre os dois períodos. Por outro lado, a menor diferença ocorreu nos municípios de 50 a 99,9 mil habitantes, onde houve redução de 1,5 p.p. no emprego formal. Ademais, apenas no

⁴ A classificação dos municípios foi feita com base no Censo Populacional de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A distribuição foi feita da seguinte forma: até 49,9 mil habitantes, 4.957 municípios; de 50 a 99,9 mil habitantes, 325 municípios; de 100 a 499,9 mil habitantes, 245 municípios; de 500 a 999,9 mil habitantes, 23; 1 milhão ou mais habitantes, 15 municípios.

conjunto dos municípios com até 499,9 mil habitantes, a taxa de variação do estoque de empregos foi superior à apurada para o país em 2011 (de 5,1%). Nos municípios de maior porte, a variação do estoque de empregos ficou na casa dos 4,0%, cerca 1 p.p. abaixo do total do Brasil. Isso significa que o movimento de interiorização do emprego continua e tem sido uma das características do mercado de trabalho formal brasileiro nos últimos anos (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Taxa de variação do estoque de emprego formal por faixa de tamanho do município
Brasil - 2010 e 2011



Fonte: MTE. Rais. IBGE. Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

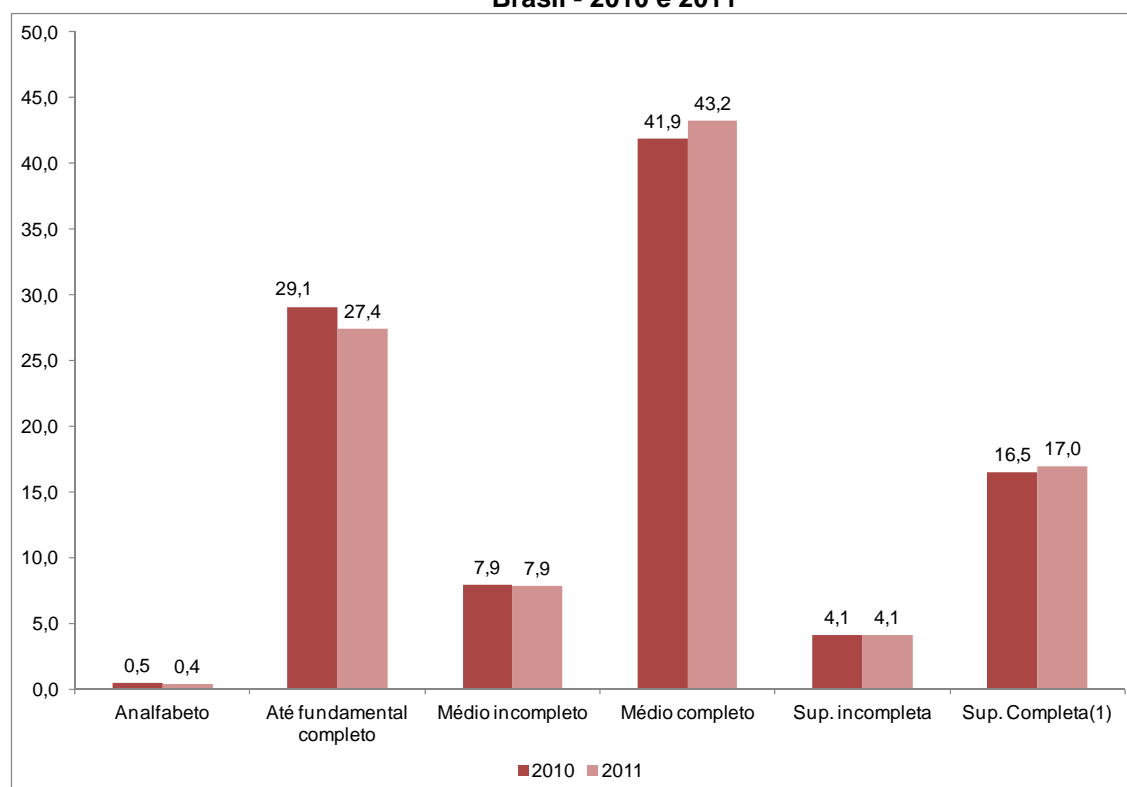
Qualidade dos postos de trabalho gerados em 2010 e 2011

Essa segunda parte da Nota se dedica à caracterização e análise da qualidade dos postos gerados em 2010 e 2011. A relevância da discussão acerca da qualidade dos empregos gerados justifica-se, entre outros motivos, pelo momento histórico em que as Centrais Sindicais tomam, em conjunto, a luta contra a rotatividade como uma das principais bandeiras, tendo em mira a precarização do trabalho. Os indicadores aqui apresentados buscam ampliar, adicionalmente, a capacidade de percepção de temas que têm como centro as discussões de trabalho decente e envolvem questões de gênero (traduzidas em indicadores de escolaridade segundo o sexo dos trabalhadores e diferenças de remuneração entre homens e mulheres); as formas de admissão e de desligamento do emprego formal; e o tempo de permanência no emprego.

Escolaridade

Os dados de escolaridade mostram que o nível de instrução formal dos trabalhadores na Rais continua crescendo. A participação de trabalhadores com ensino médio completo aumentou em 1,4 p.p., entre 2010 e 2011, ao passar de 41,9% para 43,2%. Por outro lado, tem diminuído a presença no mercado formal de trabalho de trabalhadores com menor escolaridade – analfabetos e pessoas com até o fundamental completo. Em 2011, essa parcela chegou a representar 27,8% do total, diante de 29,6%, em 2010. Ao mesmo tempo, a proporção de trabalhadores com no mínimo ensino médio completo subiu de 62,5%, em 2010, para 64,3%, e a dos trabalhadores com ensino superior completo, nessa base de comparação, saiu de 16,5% para 17,0% do emprego formal. As proporções de trabalhadores com ensino médio incompleto e com superior incompleto não se alteraram no período (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade
Brasil - 2010 e 2011



Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Superior completa inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado.

A proporção de mulheres no mercado de trabalho formal se eleva na medida em que aumenta a escolaridade dos trabalhadores. Entre os analfabetos houve, inclusive, queda da participação feminina no estoque, de 18,7%, em 2010, para 12,1%, em 2011. Nas demais

faixas de escolaridade, as proporções ficaram estáveis. Entre os trabalhadores a partir do ensino superior incompleto, as mulheres passam a ser maioria: 52,0% com esse grau de escolaridade, em 2011, e 58,8% com ensino superior completo. Nesse mesmo ano, entre os trabalhadores com ensino superior incompleto, as mulheres respondiam por 52,0% do total de vínculos. Estes números são relevantes, pois mostram que, embora a participação das mulheres no total de vínculos seja de 41,9%, a participação feminina no emprego formal se dá em estratos de escolaridade mais elevados, o que pode estar sendo determinado pelo maior nível de escolaridade das mulheres (Tabela 3).

TABELA 3
Proporção (em %) de mulheres entre os trabalhadores formais
segundo grau de escolaridade
Brasil - 2010 e 2011

Escolaridade	2010	2011
Analfabeto	18,7	12,1
Até 5ª Incompleto	21,5	22,4
5ª Completo Fundamental	26,5	26,9
6ª a 9ª Fundamental	27,8	28,0
Fundamental Completo	31,7	31,5
Médio Incompleto	34,3	34,7
Médio Completo	44,5	44,4
Superior Incompleto	52,1	52,0
Superior Completo	58,5	58,5
Total	41,6	41,9

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Superior completo inclui também mestrado e doutorado

Admissões

O mercado de trabalho brasileiro possui elevada proporção de trabalhadores com experiência em vínculos anteriores. Em 2011, o estoque de trabalhadores reempregados (admitidos que já trabalharam) alcançava 75,6%, enquanto os admitidos em primeiro emprego correspondiam a 17,0% do total. A maior proporção de trabalhadores admitidos em primeiro emprego se encontra entre aqueles com ensino médio incompleto. Representavam 27,4%, em 2011. Por outro lado, na medida em que o nível de escolaridade se eleva, aumenta a proporção de admissões em outras formas⁵. Entre aqueles trabalhadores com superior completo, em 2011, essas admissões respondiam por 13,3% do total (Tabela 4).

⁵ Principalmente transferências com e sem ônus para o empregador e a reintegração.

TABELA 4
Participação (em %) dos admitidos por tipo de admissão e grau de escolaridade
Brasil - 2010 e 2011

Ano	Tipo de admissão	Analfabeto	Até		Ens. Médio Completo	Ed. Sup. Incompleta	Ed. Sup. Completa	Total
			fundamental completo	Incompleto				
2010	Primeiro emprego	15,7	14,6	27,4	17,4	16,3	18,7	17,6
	Reemprego	80,3	79,5	67,8	76,0	73,0	68,3	75,3
	Outros	4,0	5,9	4,8	6,6	10,7	12,9	7,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2011	Primeiro emprego	14,3	14,3	27,4	16,6	15,8	17,2	17,0
	Reemprego	80,8	79,5	67,6	76,4	73,1	69,5	75,6
	Outros	4,9	6,2	5,1	7,0	11,1	13,3	7,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Superior completa inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado; 2) Importante ressaltar que esta Tabela apresenta um enfoque diferenciado da Tabela presente em DIEESE (2012, pág. 87), por privilegiar a análise do tipo de admissão

O comércio varejista ainda é o subsetor que mais contrata trabalhadores que conseguem o primeiro emprego, embora essa participação tenha diminuído de 24,7%, em 2010, para 23,8%, em 2011. Ainda assim, estes percentuais são mais elevados do que o verificado ao fim do período analisado, que foi de 22,2%, aproximando-se do verificado no início da década (24,1%, em 2000).

Ao mesmo tempo, na administração pública, segundo setor que mais emprega trabalhadores em início de atividade profissional, passou de 16,0%, em 2010, para 17,7%, em 2011, percentual significativamente inferior aos 23,4% de 2009. Os serviços de alojamento, alimentação, reparação, redação, terceira maior participação nas admissões por primeiro emprego, ficaram estáveis no período, com participação de 11,9% em 2011. O conjunto dos três subsetores de atividade econômica citados responderam, em 2011, por mais da metade das admissões em primeiro emprego (53,4%).

TABELA 5
Número e distribuição percentual de admitidos em primeiro emprego
segundo subsetor de atividade
Brasil - 2010 e 2011

Subsetores de atividade	2010		2011	
	Em nº abs.	Em %	Em nº abs.	Em %
Extrativa mineral	5.679	0,2	6.711	0,2
Indústria de produtos minerais não metálicos	24.360	0,9	25.041	0,9
Indústria metalúrgica	35.002	1,3	34.228	1,2
Indústria mecânica	18.059	0,7	17.876	0,6
Indústria do material elétrico e de comunicações	12.929	0,5	13.295	0,5
Indústria do material de transporte	17.932	0,7	16.889	0,6
Indústria da madeira e do mobiliário	30.716	1,1	29.342	1,1
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	17.985	0,7	16.348	0,6
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	15.810	0,6	14.554	0,5
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	38.222	1,4	37.080	1,3
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	75.516	2,8	68.352	2,5
Indústria de calçados	33.600	1,2	28.629	1,0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	120.723	4,5	113.843	4,1
Serviços industriais de utilidade pública	12.651	0,5	14.938	0,5
Construção civil	153.119	5,7	154.027	5,6
Comércio varejista	670.131	24,7	660.834	23,8
Comércio atacadista	77.794	2,9	74.680	2,7
Instituições de crédito, seguros e capitalização	35.768	1,3	36.156	1,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	245.642	9,1	263.192	9,5
Transportes e comunicações	84.842	3,1	93.155	3,4
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	318.885	11,8	330.063	11,9
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	56.772	2,1	60.464	2,2
Ensino	81.669	3,0	75.073	2,7
Administração pública direta e autárquica	434.090	16,0	490.206	17,7
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	91.308	3,4	97.824	3,5
Total	2.709.204	100,0	2.772.800	100,0

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

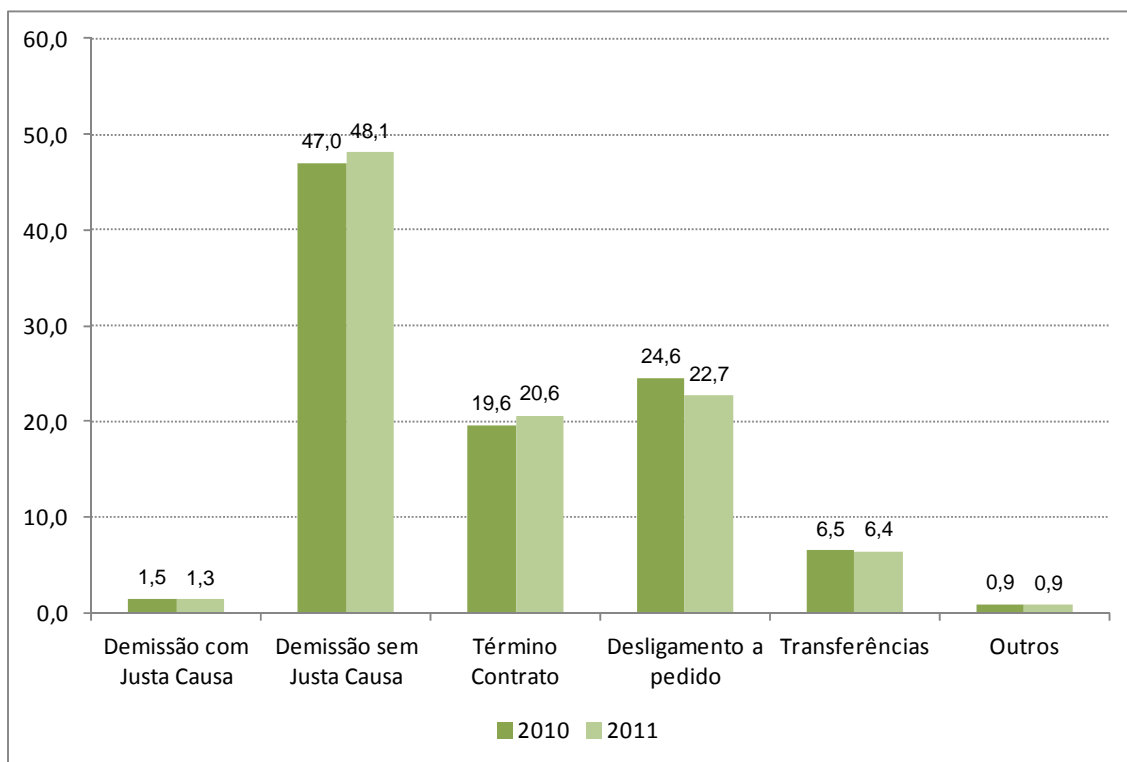
Nota: No total estão incluídos os ignorados

Desligamentos

Os desligamentos sem justa causa por iniciativa do empregador predominam no contexto de desligamentos do mercado de trabalho formal brasileiro. Em 2010, esse tipo de desligamento correspondia a 47,0% do total. No ano seguinte, essa proporção cresceu 1,1 p.p., atingindo 48,1% do total dos desligamentos. Por outro lado, os desligamentos a pedido do trabalhador diminuíram, entre 2010 e 2011, de 24,6% para 22,7%, mas mantiveram-se,

entretanto, como a segunda maior causa de rescisões no país. Em terceiro lugar, apareciam os desligamentos por término de contrato, cuja participação no total aumentou de 19,6% para 20,6% (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Distribuição percentual dos desligamentos segundo suas causas
Brasil - 2010 e 2011



Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Uma das características marcantes do mercado de trabalho formal no Brasil é a alta rotatividade, que pode ser evidenciada pelo curto período de duração dos vínculos, com base no último posto de emprego do trabalhador. Quando se observa a proporção de contratos com duração inferior a um ano, verifica-se que, em 2011, essa parcela respondia por 66,3% do total, participação idêntica à de 2010 e semelhante ao percentual verificado desde o começo dos anos 2000.

O nível de rotatividade nos contratos por prazo e tempo determinado era bastante elevado. Mais de dois em cada três empregados admitidos sob este regime foram desligados do posto com menos de três meses de permanência no emprego, em 2011, semelhante ao que ocorreu ao longo de toda a década. O número de desligamentos feitos a pedido do trabalhador

com menos de um ano no vínculo também merece destaque. Nos dois anos de comparação, essa proporção ficou estável: 76,6%, em 2011. Destes desligamentos, 39,6% ocorreram entre contratos com menos de três meses (Tabela 6).

TABELA 6
Tempo de permanência no emprego dos desligados, segundo causa de desligamento
Brasil - 2010 e 2011

Ano	Desligamento	Ate 2,9	3,0 a 5,9	6,0 a 11,9	12,0 a 23,9	24,0 a 35,9	36,0 a 59,9	60,0 a 119,9	120,0 ou mais	Ignorados	Total
2010	Demissão com Justa Causa	21,6	20,1	21,9	16,7	7,3	6,0	4,1	2,1	0,2	100,0
	Demissão sem Justa Causa	11,3	15,1	26,7	21,2	10,2	8,2	5,4	1,8	0,1	100,0
	Término Contrato	71,2	11,0	10,6	3,9	0,7	0,5	0,3	0,3	1,5	100,0
	A pedido	40,8	19,7	16,2	11,6	4,6	3,2	2,0	1,0	1,0	100,0
	Outros	19,5	12,2	14,9	15,5	9,1	9,4	8,7	9,9	0,8	100,0
	Total	31,1	15,1	20,1	15,0	6,8	5,6	3,8	1,9	0,6	100,0
2011	Demissão com Justa Causa	23,1	21,2	21,7	15,6	6,9	5,8	3,7	1,8	0,2	100,0
	Demissão sem Justa Causa	11,1	15,0	27,0	21,4	9,8	8,4	5,3	1,9	0,1	100,0
	Término Contrato	71,1	11,0	10,4	3,6	1,0	0,8	0,4	0,4	1,3	100,0
	A pedido	39,6	20,1	16,9	11,6	4,7	3,4	1,9	1,0	0,9	100,0
	Outros	18,7	12,2	15,8	16,5	8,9	9,7	8,2	9,3	0,8	100,0
	Total	30,6	15,3	20,4	15,1	6,7	5,7	3,7	1,9	0,6	100,0

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Remuneração média real

A remuneração dos trabalhadores formais no país aumentou na última década, como resultado da retomada da atividade econômica, refletida também em melhora da situação do trabalho no Brasil, com redução do desemprego e aumento da formalidade. Nesta questão, teve papel importante também a política de valorização do salário mínimo, implementada pelo governo federal, após negociação com as Centrais Sindicais, o que alavancou uma modificação na estrutura de salários do país no período.

Entre 2009 e 2011, a remuneração real média dos trabalhadores formais brasileiros manteve a trajetória de crescimento, com ganho de 5,6% no acumulado do período, chegando a R\$ 1.967,94⁶.

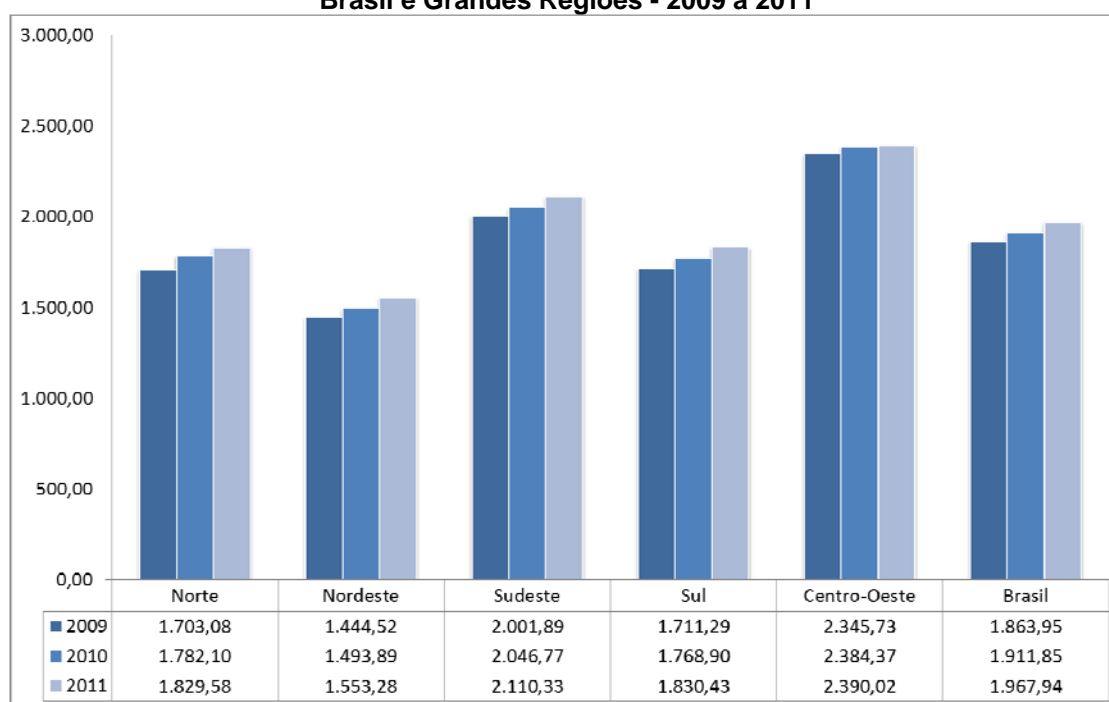
A tendência de aumento da remuneração média nas regiões Norte e Nordeste manteve-se em ritmo superior à do Sudeste. Enquanto nas duas primeiras regiões os salários cresceram 7,5% e 7,4%, respectivamente, entre 2009 e 2011, o Sudeste cresceu 5,4%. Chama atenção

⁶ Em R\$ de agosto/2012, segundo o INPC-IBGE.

ainda o crescimento de 7,0% no Sul e a variação de apenas 1,9% do Centro-Oeste, cuja remuneração média manteve-se praticamente estagnada entre 2010 e 2011.

Apesar do ritmo diferenciado de crescimento, o Nordeste ainda apresenta a menor remuneração média do país (R\$ 1.553,28, em 2011) e o Centro-Oeste, a maior (R\$ 2.390,02), devido principalmente ao peso da administração pública nesta última região (Gráfico 6). Em 2009, a remuneração dos trabalhadores do Centro-Oeste era R\$ 901,22 superior à do Nordeste. Em 2011, a diferença foi reduzida para R\$ 836,74.

GRÁFICO 6
Evolução da remuneração média real
Brasil e Grandes Regiões - 2009 a 2011



Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

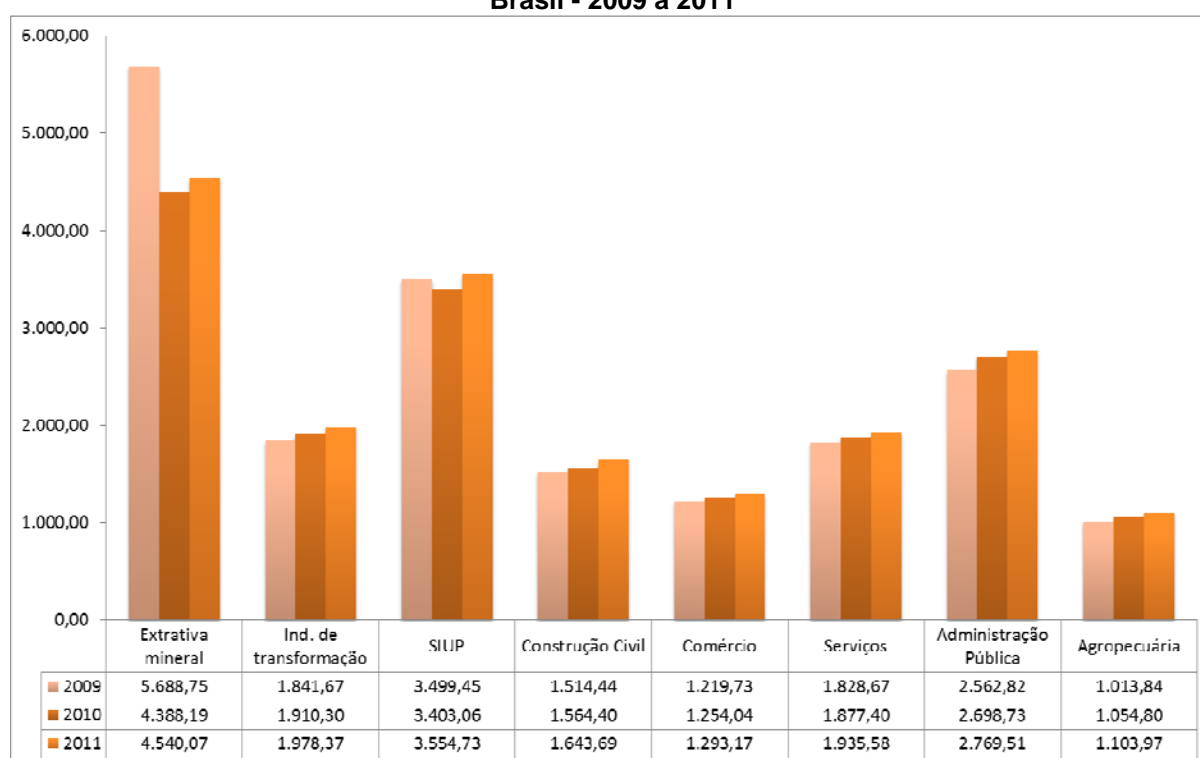
Obs.: Os valores monetários foram deflacionados pelo INPC em R\$ de agosto de 2012

Os setores de agropecuária (8,9%), construção civil (8,5%) e administração pública (8,1%) foram os que apresentaram maior crescimento da remuneração média real no período de 2009 a 2011. A indústria de transformação também teve crescimento considerável da remuneração no período (7,4%). Por sua vez, o setor de extrativa mineral apresentou uma redução da remuneração média de 22,9%, entre 2009 e 2010, que não foi compensada pelo crescimento de 3,5% no ano seguinte. Entretanto, a agropecuária permanece como o setor com a menor remuneração média (R\$ 1.103,97 em 2011) e a extrativa mineral como o da

maior (R\$ 4.540,07). A diferença entre eles, que era de 5,6 vezes em 2009, diminuiu para 4,1 vezes em 2011 (Gráfico 6).

De forma geral, não houve, neste período, mudança na estrutura da remuneração dos setores, uma vez que, após a extrativa mineral, os serviços industriais de utilidade pública (Siup) e a administração pública ainda se destacam por terem proporcionado os rendimentos mais altos em 2011, assim como em 2009. Na outra ponta, a agropecuária e o comércio apresentaram as menores remunerações médias.

GRÁFICO 7
Evolução da remuneração média real por setores de atividade
Brasil - 2009 a 2011



Fonte: MTE. Rais

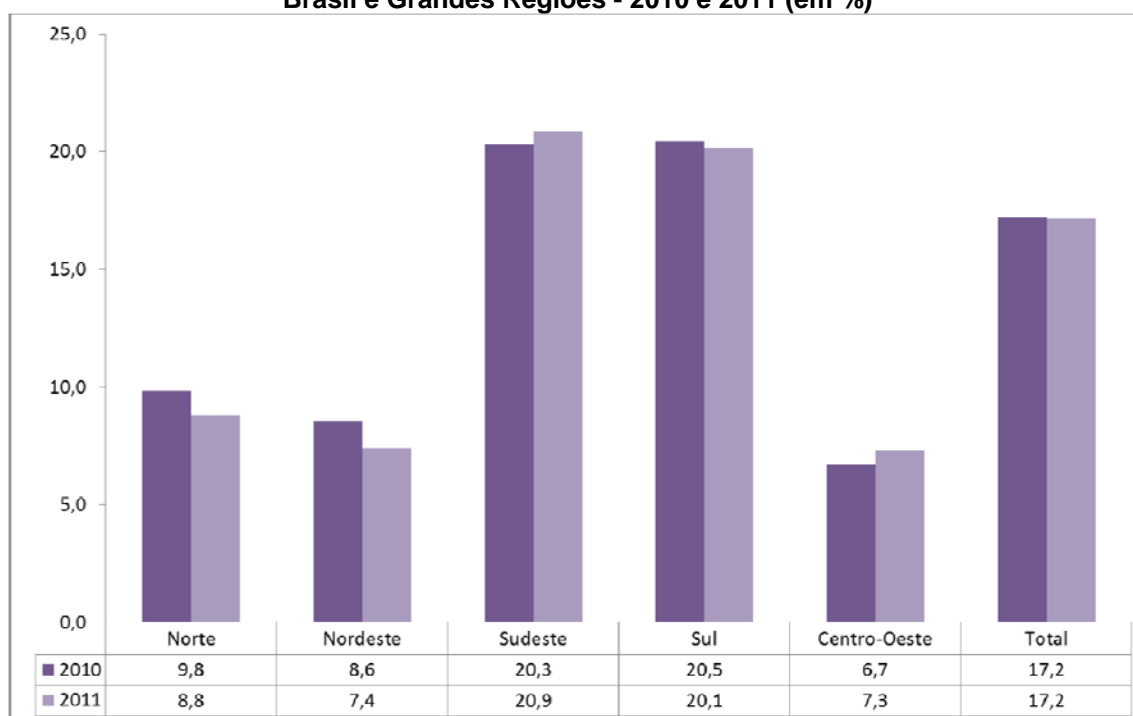
Elaboração: DIEESE

Obs.: Os valores monetários foram deflacionados pelo INPC em R\$ de agosto de 2012

Os dados de 2010 e 2011 mostram que permanece a diferença de remuneração média entre os sexos. As mulheres ganhavam 17,2% menos que os homens nesses dois anos (Gráfico 8). As regiões Sudeste e Sul se mantêm como aquelas onde a diferença de remuneração média entre os sexos é maior (20,9% e 20,1%, respectivamente, em 2011). Em relação à trajetória desde o começo da década passada, verifica-se que a redução da diferença

da remuneração auferida pelas mulheres em relação aos homens⁷ alcançou novos patamares para o Nordeste (DIEESE, 2012, pág. 94), que assim termina 2011 com uma diferença de 7,4%.

GRÁFICO 8
Diferença da remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ^{(1) (2)}
Brasil e Grandes Regiões - 2010 e 2011 (em %)



Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em valores reais de agosto de 2012; 2) Significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

As diferenças de remuneração média entre homens e mulheres segundo os setores de atividade mostram que a indústria de transformação permanece como o setor onde a diferença de remuneração é maior, a favor dos homens, uma vez que as mulheres recebiam em média 35,5% menos que eles, em 2011. Em contrapartida, em 2011, a remuneração feminina foi 10,3% maior do que a masculina na construção civil. Em 2010, a diferença chegou a 15,0% (Tabela 7).

⁷ Refere-se à diferença, em pontos percentuais, da remuneração das mulheres tomando a remuneração dos homens como 100%. Em casos em que a diferença for negativa, significa que a remuneração das mulheres é superior à dos homens.

Por fim, ainda que sutilmente, destaca-se o aumento da diferença da remuneração feminina nos serviços industriais de utilidade pública, que alcança 10,2% em 2011, e também nos serviços, com 20,2% em 2011.

TABELA 7
Diferença na remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ⁽¹⁾ ⁽²⁾ por setores de atividade
Brasil - 2010 e 2011 (em %)

Setores de atividade	Anos	
	2010	2011
1 - Extrativa mineral	3,4	0,5
2 - Indústria de transformação	35,7	35,5
3 - Serviços industriais de utilidade pública	9,8	10,2
4 - Construção Civil	-15,0	-10,3
5 - Comércio	18,6	19,2
6 - Serviços	19,5	20,2
7 - Administração Pública	28,3	26,1
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	18,6	18,1
Total	17,2	17,2

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Notas: 1) Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em R\$ de agosto de 2012; 2) Significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

Com exceção da variação da remuneração no setor de extrativa mineral, mencionada anteriormente, o período de 2010 e 2011 foi marcado por aumento na remuneração média do trabalhador formal, entre as grandes regiões e os setores de atividade. Este aumento da remuneração média é dado por um incremento da massa salarial superior ao aumento do estoque de empregos. Em relação a 2009, o estoque de empregos formais remunerados⁸ cresceu 12,2% até 2011, quando alcançou 44.492.534 empregos, enquanto a massa salarial cresceu 33,7%, em termos reais, chegando a R\$ 87.558.609.279,12. No período, o maior crescimento foi registrado na variação de 2010 em relação a 2009, com 6,8% de variação para estoque e 16,6% de variação para massa salarial.

⁸ Para não haver viés no cálculo da remuneração média, ela é calculada excluindo da base os vínculos que registram remuneração igual a 0. Por este motivo, o estoque e a variação dos empregos em relação a 2009 não são os mesmos apresentados no início desta Nota.

Considerações Finais

Esta Nota se ateve à análise dos dois últimos anos de informações disponíveis sobre o estoque de empregos da Rais, atualizando a análise efetuada sobre a movimentação do mercado de trabalho formal desde o começo da década passada, publicada no livro *A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000*, que investigou as tendências do mercado de trabalho formal de 2000 a 2009. Os dados aqui analisados revelaram a permanência de características importantes do mercado de trabalho formal brasileiro, principalmente aquelas ligadas à discussão da qualidade dos postos de trabalho, um desafio a ser enfrentado, mesmo considerando os grandes avanços obtidos na última década.

O número de empregos formais no país continua em crescimento, embora o ritmo visto em 2011 tenha sido inferior ao de 2010. Com a entrada de mais trabalhadores no mercado de trabalho formal, há aumento do nível de assalariamento da economia ao mesmo tempo em que se contribui para a queda das taxas de desemprego. O regime de trabalho assalariado, quando formalizado, assegura ao trabalhador o acesso à proteção da Previdência Social, ao 13º salário e às férias remuneradas, entre outros. Por essa razão, o crescimento da formalização do trabalho é importante indicativo de melhoria das condições de trabalho, contudo, isoladamente, não é suficiente para dar conta deste desafio estrutural do mercado de trabalho brasileiro.

Não houve alterações perceptíveis na composição regional e/ou por unidade da Federação do emprego formal, com o estoque concentrado na região Sudeste, seguida pelo Nordeste – que mantém a segunda colocação desde 2007 - e do Sul, tampouco houve mudanças na distribuição do emprego dentro das regiões. Outro dado importante diz respeito à interiorização do emprego. No período analisado, os municípios de menor porte populacional (até 49,9 mil habitantes) foram os únicos a registrar taxa de crescimento do estoque em 2011 acima do verificado em 2010.

A tendência de elevação da escolaridade dos trabalhadores na composição do estoque de empregos se mantém. Esse movimento se caracteriza pela queda gradativa, mas consistente, da participação de trabalhadores com menor escolaridade com vínculo formal no mercado de trabalho. A análise da participação no estoque por sexo segundo escolaridade mostra que a proporção de mulheres no emprego formal se eleva quanto maior é o grau de escolaridade dos trabalhadores. As mulheres ocupavam pouco menos da metade do estoque

de trabalhadores com até ensino médio completo. A partir do nível superior incompleto, elas já eram pouco mais da metade. Com superior completo, as trabalhadoras perfaziam quase 3/5 do total dos empregos na Rais (58,5%) nos dois anos analisados.

A alta rotatividade dos trabalhadores nos postos por eles ocupados é um problema persistente no mercado de trabalho brasileiro. Ela pode ser observada pela forma de admissão predominante - admissões em reemprego - pois mostra uma elevada proporção de vínculos sendo desfeitos e feitos no mercado de trabalho formal, e soma-se à maior ocorrência de desligamentos sem justa causa, assim como ao curto período em que os trabalhadores permanecem no último emprego. Entre 2010 e 2011, não houve variação na participação dos desligamentos de empregados que possuíam menos de um ano no último posto. A instabilidade de permanência pode se tornar maior de acordo com o tipo de vínculo estabelecido com o empregador. Entre os desligamentos por término de contrato, mais de 2/3 ocorreram com menos de três meses de trabalho no posto.

Dois subsetores e um setor responderam por mais da metade das admissões em primeiro emprego. No comércio varejista, que acumulava 1/4 dessas admissões, a explicação pode estar na baixa exigência de qualificação e nos baixos salários. Na administração pública, com 16,0% do total, pode estar associado a programas e políticas públicas locais voltados para qualificação e inserção no mercado de trabalho, além do ingresso no setor público via concurso. Em que pese o fato de que ambos mantiveram suas posições como maiores absorvedores de trabalhadores no primeiro emprego, na comparação com a trajetória passada, o período aqui analisado mostra leve aumento da participação do comércio varejista e redução da participação da Administração pública.

A remuneração média dos trabalhadores formais continua em trajetória de crescimento, com as regiões Norte e Nordeste apresentando taxas superiores às do Sudeste, embora no caso dessas regiões haja espaço para crescimento mais elevado, uma vez que elas apresentam as menores remunerações médias do país. Ocorre, portanto, um movimento de redução das desigualdades regionais em termos de remuneração dos trabalhadores formais, embora esse tipo de diferença permaneça relevante no quadro da heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro.

O crescimento da remuneração média foi observado em todos os setores de atividade econômica. A estrutura de remuneração foi mantida, com a extrativa mineral, os serviços

industriais de utilidade pública e a administração pública proporcionando os melhores rendimentos em 2011.

Deve-se destacar que a maior escolaridade das mulheres não se revertia em maiores remunerações que a masculina. Em 2011, assim como em 2010, a remuneração média feminina, no Brasil, era inferior à dos homens, indicando que o sexo do trabalhador pode ser um atributo importante para a qualidade da inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Por fim, a observação dos dados referentes ao mercado de trabalho formal em 2010 e 2011 não aponta nenhum indício de alterações estruturais, mas de continuidade de algumas tendências já verificadas e estabelecidas desde meados dos anos 2000.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidenta: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: José Bittencourt Barreto Filho

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Angela Maria Schwengber

Antonio Ibarra

Lenina Formaggi

Marcos Aurélio Souza

Samira Schatzmann